Interseccionalidade na imprensa: o que os dados revelam sobre raça e gênero no jornalismo

Intersectionality in the press: what the data reveals about race and gender in journalism

Cíntia Moreira Gomes
cintiagomes@alumni.usp.br

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA/USP). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi.

José Ilton Porto
iltonporto@gmail.com

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA/USP). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa.

Resumo

O jornalismo brasileiro ainda reflete uma estrutura cisheteronormativa, masculina e branca, o que se manifesta na composição das redações e nos discursos produzidos. A partir do conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002), este artigo analisa os dados das pesquisas Perfil Racial da Imprensa Brasileira e Perfil do Jornalista Brasileiro, identificando a sub-representação de jornalistas negros e LGBTQIA+. A pesquisa utiliza a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1997) para examinar a forma como esses estudos mapeiam a diversidade na profissão. O trabalho pretende contribuir com os estudos de gênero e raça presentes no Jornalismo e colaborar para um diagnóstico no campo profissional, podendo servir de alerta para entidades sindicais e empresas do campo jornalístico.
Palavras-chave: jornalismo, interseccionalidade, raça, gênero, diversidade.

Abstract

Brazilian journalism still reflects a cisheteronormative, masculinist and white structure, which manifests itself in the composition of newsrooms and in the discourses produced. Based on the concept of intersectionality (CRENSHAW, 2002), this article analyzes data from the surveys Perfil Racial da Imprensa Brasileira and Perfil do Jornalista Brasileiro, identifying the under-representation of black and LGBTQIA+ journalists. The research uses the technique of content analysis (BARDIN, 1997) to examine how these studies map diversity in the profession. The work aims to contribute to gender and race studies in journalism and to help diagnose the professional field, which could serve as a warning to unions and companies in the journalistic field.
Keywords: journalism, intersectionality, race, gender, diversity.

Introdução

O jornalismo, enquanto campo profissional e discursivo, ainda reflete uma estrutura cisheteronormativa e masculina, como apontado por Márcia Veiga (2014). Esse cenário não se dá apenas pela presença majoritária de homens brancos nas redações, mas pela própria forma como a profissão foi historicamente construída e institucionalizada. Como outras instituições sociais — família, escola, igreja —, o jornalismo atua como uma "tecnologia de gênero" (De Lauretis, 1987), reproduzindo normas e discursos que consolidam padrões hegemônicos de identidade e excluem corpos dissidentes.

A cisheteronormatividade, como conjunto de normas e sanções que pressupõem o gênero e a sexualidade como dados naturais, marginaliza profissionais LGBTQIA+, negros, indígenas e outros grupos subalternizados. No contexto jornalístico, isso se manifesta tanto no perfil dos profissionais que ocupam espaços de poder nas redações quanto na forma como determinados corpos e vivências são representados (ou invisibilizados) na cobertura jornalística. Como aponta Louro (2008), aqueles que fogem à norma cisheterossexual e branca se tornam alvos de exclusões institucionais, sofrendo sanções que limitam sua permanência e ascensão no mercado de trabalho.

A partir da interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), é possível compreender como diferentes eixos de opressão — raça, gênero, classe, sexualidade — operam simultaneamente para estruturar desigualdades dentro do jornalismo. Para aprofundar essa análise, este artigo busca examinar as pesquisas do Perfil Racial da Imprensa Brasileira e do Perfil do Jornalista Brasileiro, investigando como esses estudos mapeiam a composição racial, de gênero e sexualidade dos jornalistas no Brasil, ajudando-nos a entender a interseccionalidade da imprensa brasileira.

A produção teórica de autoras negras tem sido fundamental para a compreensão das interseccionalidades de gênero e raça no Brasil. Intelectuais como Sueli Carneiro, Lélia González e Cida Bento têm contribuído significativamente para a construção de uma análise crítica das opressões enfrentadas

DOI: https://doi.org/10.4013/qt.2025.132405 — Vol. 13, nº 24, janeiro-dezembro/2025

pelas mulheres negras, bem como para a proposição de estratégias de resistência e transformação social. Suas reflexões dialogam diretamente com os conceitos de interseccionalidade desenvolvidos por autoras como Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, evidenciando como as relações interseccionais de poder moldam as experiências sociais de indivíduos pertencentes a grupos historicamente marginalizados.

No Brasil, o racismo estrutural tem sido mascarado por uma ideologia de democracia racial, conforme aponta Bento (2022). Essa ideologia fundamenta-se na negação do preconceito e da discriminação, atribuindo as desigualdades à incompetência individual em vez de às dinâmicas sistêmicas de exclusão.

A interseccionalidade emerge, assim, como um instrumento analítico essencial para compreender as dinâmicas de poder que atravessam a sociedade brasileira. Como evidenciam Collins e Bilge (2021), categorias como raça, classe, gênero e sexualidade são inter-relacionadas e influenciam mutuamente a experiência social dos indivíduos.

A análise interseccional também se faz necessária no campo profissional, como demonstra o perfil do jornalista brasileiro. Dados do estudo realizado pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) organizado por Mick e Lima (2013, 2021) indicam que o jornalismo no Brasil tornou-se predominantemente feminino, mas essa maioria numérica não se refletiu em equidade no mercado de trabalho. Em 2021 indicam que, embora as mulheres sejam maioria na profissão (58%), a grande maioria é branca (68,4%), evidenciando a sub-representação de mulheres negras nos meios de comunicação. A ausência de informações sobre a presença de jornalistas LGBTQIA+ também revela lacunas nas abordagens interseccionais dentro do setor.

Vale ressaltar que, para a análise dos dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Segundo Laurence Bardin (1997), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a vários discursos, ela é baseada na dedução e, em relação a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois pólos: a objetividade e a subjetividade. Esta técnica se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais), neste artigo a análise foi feita sobre o conteúdo das pesquisas mencionadas acima.

O jornalismo sob à ótica de gênero e raça

A contextualização da intersecção de gênero e raça nas redações brasileiras é fundamental para compreender a complexidade da identidade e da discriminação enfrentada por diferentes grupos sociais. No contexto brasileiro, a intersecção de gênero e raça tem raízes históricas na colonização do país e nas estruturas de poder que perpetuam desigualdades. A análise crítica da intersecção de gênero e raça nas redações deve considerar a construção social e cultural dessas identidades, assim como estereótipos e preconceitos presentes na sociedade.

O impacto da representatividade na mídia e na sociedade é evidente, pois a forma como as pessoas são retratadas na mídia influencia diretamente a percepção da sociedade sobre gênero e raça. A falta de representatividade e de diversidade nas redações pode perpetuar estereótipos e preconceitos, reforçando desigualdades e marginalizando determinados grupos. Por outro lado, a inclusão de vozes diversas e a representação equitativa na mídia podem promover a valorização da diversidade, o fortalecimento da autoestima de grupos sub-representados e a desconstrução de estereótipos prejudiciais. Portanto, é fundamental analisar criticamente o impacto da representatividade na mídia e na sociedade, a fim de compreender como as redações podem contribuir para a promoção da igualdade e da valorização da diversidade.

A imprensa exerce uma influência significativa na forma como as questões de gênero e raça são discutidas no espaço público. As narrativas predominantes tendem a ignorar as interseções entre essas opressões, tratando as questões de gênero e raça como problemas separados, o que inviabiliza as experiências específicas das mulheres negras e pessoas LGBTQIA+.

Ao analisar a cobertura midiática de questões de gênero e raça, é essencial considerar as contribuições de Sueli Carneiro, que têm criticado a mídia pela ausência de vozes negras femininas nos meios de comunicação, que não só empobrece o debate público, como também reforça as estruturas de poder.

Na última década, intensificaram-se os debates sobre as intersecções entre gênero, raça e demais marcadores sociais no contexto da atual sociedade capitalista. O papel dos meios de comunicação na construção de discursos sobre esses temas tem sido bastante estudado, com novas perspectivas e referenciais teóricos produzidos por um corpo acadêmico que vem se diversificando. No entanto, apesar desse avanço nas discussões, a estrutura do jornalismo ainda reflete padrões historicamente masculinistas e excludentes.

Conforme Márcia Veiga, "o viés androcêntrico pode ser percebido também na forja da identidade, nos valores e na cultura profissional como um todo" (Veiga, p. 35, 2018). Segundo a pesquisadora, toda a mitologia em torno da profissão, por exemplo, obedece à mesma norma masculinista: o furador – aquele que persegue o furo, o caçador, o herói, o defensor da democracia, o detetive. "A disputa, a competitividade, a proatividade, a autoridade-autoritária e a dominação são valores envoltos nesta mística" (Veiga, p. 35, 2018). E estes valores podem ser vistos nas relações de poder e na hierarquia no ambiente de trabalho, uma vez que se aproximam do poder e do prestígio os profissionais que reúnem os atributos que remetem ao masculino, o que em grande medida favorece os homens – brancos e cisheterossexuais. Em consonância com a cultura da sociedade da qual é parte, o jornalismo possui uma cultura profissional que compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um lugar inferior, de menor poder e prestígio (Veiga, 2018).

Todo este arsenal é criado dentro da cultura que o jornalismo está inserido. "Tanto o jornalismo se baseia em visões de mundo circulantes na sociedade, quanto esta em relação ao jornalismo" (Veiga, 2014, p. 38). A participação do jornalismo na normatização da sociedade fica evidente porque a sociedade encontrou no jornalismo um lugar de referência. É em meio a isso que se situa as representações de gênero, raça e a reprodução de uma [cis]heteronormatividade (Veiga, 2014).

Análise do perfil racial da imprensa brasileira e do perfil do jornalista brasileiro

Branco, para ninguém se surpreender. Masculino, nem tanto. Cisheteronormativo como esperado. O perfil do jornalista brasileiro está longe de manter a equidade de gênero, sexual e de raça. Aqui, para a melhor compreensão dos

resultados deste artigo, foram analisados dois estudos sobre as características do jornalista no país.

A pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro como já mencionada anteriormente, Mick e Lima atualizaram a pesquisa de 2013, ao realizar um levantamento com 7.029 jornalistas que responderam ao questionário entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021, pesquisando as características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho do profissional e da categoria.

Os dados do estudo indicam que jornalistas no Brasil ainda são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68,4%), solteiras (53%), com até 40 anos, perfil que mudou pouco em relação ao levantamento realizado em 2012. Ainda assim, é importante ressaltar que essa participação feminina reduziu em seis pontos em comparação ao estudo de 2012 (64%), enquanto a presença masculina cresceu de 36% para 42%, indicando uma possível reversão do processo de feminização do jornalismo.

Ainda assim, o perfil predominante continua sendo de mulheres brancas e solteiras. Outro aspecto abordado por Mick e Lima (2021) é o crescimento da participação de jornalistas negros, que aumentou de 23% em 2012 para 30% em 2021, possivelmente impulsionado por políticas afirmativas no ensino superior. No entanto, a maioria dos jornalistas brasileiros ainda é branca (67,8%), com a população parda representando 20,6%, a preta 9,3%, a amarela 1,3% e a indígena apenas 0,4%, percentual inalterado desde 2012. Esses dados evidenciam a permanência de desigualdades raciais e de gênero no jornalismo brasileiro. Rosa (2014) observa que

> *Ao passo em que a representação de gênero equilibrou-se, mas não os espaços de poder que se mantêm masculinos, prossegue o teor reivindicatório de jornalistas negros e negras para a ocupação de postos de trabalho, considerando a mão-de-obra existente e que não é absorvida nas redações e nas assessorias de imprensa em decorrência de aspectos de ordem racial. (Rosa, 2014, p. 4).*

Outra pesquisa divulgada no mês de novembro de 2021, marcando o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), organizada por Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA e I'MAX, coletou dados de 1952 jornalistas para traçar o perfil racial da imprensa brasileira. A amostra apresentou o dado de que a população brasileira é majoritariamente negra, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, já que somados, pretos e pardos, são 50,94%; e, pelo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2019, são 56,20% da população brasileira total.

Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, já que apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclaram negros, pretos ou pardos. A maioria, 77,60%, se autodeclara branca. As populações, amarela (2,10%) e indígena (0,20%), somam menos de 3% do total. Porcentagem aproximadas ao encontrado na pesquisa de Mick e Lima em 2021.

Para analisar a questão de gênero e de raça na mídia, é importante conhecer quem produz o conteúdo publicado nos veículos e assim compreender como esse perfil do jornalista pode contribuir e influenciar os assuntos abordados nos veículos.

Diante desse cenário, o feminismo negro tem desempenhado um papel crucial na luta por igualdade racial e de gênero no Brasil. Desde a década de 1970, intelectuais e ativistas negras têm promovido debates que questionam as estruturas de opressão e reivindicam espaços de representação e poder. Como destaca Akotirene (2019), a ausência de uma abordagem interseccional nas análises feministas e antirracistas pode resultar na reprodução das mesmas opressões que esses movimentos buscam combater.

Um ponto levantado, por Márcia Veiga (2010) no que se refere ao gênero, é sobre a distinção entre as mulheres e os homens ao destacar a hierarquização nas pautas das redações, na qual as notícias de destaque, como as investigativas e de risco, eram geralmente atribuídas a homens com características de gênero bem definidas e respeitadas pelos colegas. Essa distribuição nas redações reflete as lógicas binárias de gênero, criando espaços distintos para mulheres e homens. As mulheres, em especial, sendo frequentemente excluídas dos cargos de poder. Em suma, as mulheres ainda enfrentam barreiras para alcançar cargos de liderança, além de permanecerem menos tempo na profissão devido a condições adversas, como sobrecarga de trabalho e ausência de políticas de conciliação entre vida pessoal e profissional. Além disso, a desigualdade salarial persiste, com mulheres recebendo remuneração inferior à dos homens em funções equivalentes.

No que tange a questão de gênero, quase a totalidade dos respondentes (99,7%) se classifica como feminino (57,8%) ou masculino (41,9%). Além de demonstrar que as jornalistas brasileiras se encontram nas posições mais tradicionais com relação a gênero, as respostas indicam que se mantém o predomínio feminino na profissão. Entre os que se identificaram de outra forma (0,3%), a principal designação foi a de não-binário.

O que me chama bastante atenção é não ter nenhum dado de quantos desses jornalistas são LGBTQIA+.

Tabela 1 — Com qual gênero você se identifica?

	Frequência	Porcentagem válida
Feminino	1.719	57,8%
Masculino	1.298	41,9%
Outro(s) Qual (is)	9	0,3%
Total	3.100	100%

Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro (2021).

No estudo também se encontra a estimativa da categoria cor/raça. Sendo assim, brancos/as representam 67,8%, pardos/as, 20,6%, pretos/as, 9,3%, amarelos/as – 1,3%. Em relação às funções dos profissionais que atuam na mídia, 37,1% são repórteres e 23,4% atuam como editor/a.

Tabela 2 – Como você define a sua cor/raça?

	Frequência	Porcentagem válida
Branca	2.013	67,8%
Parda	640	20,6%
Preta	288	9,3%,
Amarela	40	1,3%.
Indígena	12	0,4%
Outra, qual?	17	0,5%
Total	3.100	100%

Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro (2021).

Quando se trata de sociodemografia, a maior concentração de jornalistas do Brasil está na região Sudeste, especialmente nos três estados mais populosos (SP, RJ e MG) com 61,5% dos profissionais. O maior percentual continua habitando São Paulo, que conta com 36,5% dos jornalistas do Brasil. O estado é seguido por Minas Gerais (11,6%) e Rio de Janeiro (11,1%). Eles são os únicos com percentual de jornalistas na casa dos dois dígitos. Completando o Sudeste, o Espírito Santo concentra 2,4% dos jornalistas brasileiros e é o 9º Estado com maior volume de profissionais. O que justifica termos três participantes desta região na dissertação.

Segundo o relatório, o Distrito Federal reúne o quarto maior contingente de jornalistas, com 5,3%. Proporcionalmente, levando-se em conta a quantidade de pessoas que vivem lá, é um volume bastante significativo, porque o Distrito Federal tem apenas a 20ª população do Brasil. Em seguida, vêm os três estados da região Sul: Paraná (4,4%), Rio Grande do Sul (4%) e Santa Catarina (3,2%).

Apenas dois estados nordestinos, Bahia e Pernambuco, impedem que todas as primeiras posições da questão relacionada ao lugar onde vivem os jornalistas sejam ocupadas por Sudeste, Sul e Distrito Federal. A Bahia tem 3% dos profissionais, ficando na 8ª posição nessa listagem, e Pernambuco, com 2,4%, empata com o Espírito Santo na nona posição. Nos outros estados nordestinos os percentuais variam a partir de 2,1% (Ceará), passando por Paraíba (1,2%), Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe (todos com 1%) até os 0,7% de Alagoas e Piauí. Em termos regionais, no entanto, o Nordeste concentra 13,1% dos jornalistas, ficando à frente da região Sul, com 11,6%. A seguir vem a região Centro-Oeste, com Goiás (1,8%), Mato Grosso do Sul (1,7%), Mato Grosso (1%); e, por fim, a região Norte, que soma 3% dos jornalistas brasileiros, distribuídos por Amazonas (0,9%), Rondônia e Tocantins (0,6%), Acre (0,4%), Roraima (0,3) e Amapá (0,2%).

Em relação à religião, os dados indicam que dos 2.017 respondentes, 57,7% são adeptos de alguma religião, fé ou culto. Por sua vez, 26% expressaram ser agnósticos, enquanto 16,3% responderam ser ateus. Dividindo-se os dados por identidade de gênero (baseada no binarismo: homem/mulher), a questão teve 1.147 respostas válidas das participantes que se identificam com o sexo feminino.

Uma outra pesquisa sobre a qual lançamos o olhar é o Perfil Racial da Imprensa[1] no Brasil. Sob a liderança de J&Cia e do Portal dos Jornalistas, com concepção e coordenação técnica do Instituto Corda – Rede de Projetos e Pesquisas e apoio logístico do I'MAX no contato com as jornalistas, o estudo dividiu-se em três fases e ouviu, via telefone ou questionário, 1.952 profissionais de todo o país, entre os dias 16 de setembro e 31 de outubro de 2021.

Conforme o IBGE, a população brasileira é majoritariamente negra. Segundo dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somados, pretos e pardos atingem 55,5% da população total no país, e, por projeções consolidadas na PNAD/IBGE de 2019, a população negra atingiu a marca de 56,20% da população brasileira total. Essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, como identificou o estudo.

Apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclaram pretos ou pardos, negros. A grande maioria, 77,60% se autodeclara "branca". A população amarela (2,10%) e indígena (0,20%) somam menos de 3% do total. Assim como em tantas outras profissões que são majoritariamente exercidas por profissionais com ensino superior, também na atividade jornalística a presença do negro é desproporcional, e bem menor, ao seu peso relativo na população. Esse é, de partida, o primeiro grande indicador do estudo a expressar a desigualdade racial no Brasil e que, também nessa atividade profissional, está presente em grandes dimensões.

[1] Disponível em: https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

Tabela 3 — Perfil dos jornalistas brasileiras por cor/raça

PERFIL DO JORNALISTA DE REDAÇÃO

	REGIÃO					
	CO	N	NE	S	SE	TOTAL
COR/RAÇA	%	%	%	%	%	%
BRANCA	74,47	71,43	59,52	93,05	77,35	**77,60**
NEGROS	**21,28**	**25,00**	**38,89**	**5,35**	**20,35**	**20,10**
PARDA	17,02	21,43	23,81	3,74	12,92	**13,20**
PRETA	4,26	3,57	15,08	1,60	7,43	**6,90**
AMARELA	4,26	3,57	1,59	1,60	1,95	**2,10**
INDÍGENA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	**0,20**
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	**100,00**

Base: 1.000 entrevistas

Fonte: Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas e Instituto CORDA e I'MAX (2021, p. 8).

Conforme o relatório, ao longo da vida profissional, 57% das entrevistadas identificam marcas de discriminação e, 98%, de maior dificuldade para o desenvolvimento da carreira em relação às brancas.

As ações racistas mais relatadas dizem respeito a aspectos relacionados a preconceito racial em geral, discriminação pela aparência, discriminação no tratamento profissional e assédio racial. Para o desenvolvimento da carreira os aspectos mais citados estão relacionados a temas como: cultura geral da empresa privilegia brancos, chefia é sempre branca, discriminação pela aparência e ambiente de trabalho branco.

Para 85% das entrevistadas, jornalistas negras, a perversa combinação de racismo e machismo é presente em suas experiências profissionais. Misoginia e racismo, assédio, identificar a mulher como incapaz ou inapta e discriminação no tratamento profissional são alguns dos problemas enfrentados.

A pesquisa ainda destaca que a sub-representação da população negra nas redações jornalísticas é mais intensa na Região Sul e, de outro lado, onde as negras têm mais representatividade é na Região Nordeste, em parte refletindo a distribuição da população negra pelo país.

Para analisar a questão de interseccionalidade na mídia, é importante conhecer quem produz o conteúdo publicado nos veículos e assim compreender como esse perfil do jornalista pode contribuir e influenciar os assuntos abordados nos veículos.

As questões de gênero e raça estão profundamente entrelaçadas e são centrais para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas nas sociedades. No contexto brasileiro, em que a história é marcada pela colonização, escravidão e por uma estrutura social altamente desigual, essas intersecções são particularmente significativas. Gênero e raça não são apenas categorias de análise, mas também experiências vividas que afetam a forma como as pessoas são percebidas e tratadas na sociedade.

A análise realizada neste estudo evidencia que o jornalismo brasileiro ainda está distante de representar a diversidade da sociedade em sua composição e estrutura. A predominância de profissionais brancos, cisgêneros e heterossexuais nas redações demonstra que há um longo caminho a percorrer para que a profissão avance na equidade racial, de gênero e sexualidade. Embora os dados apontem um aumento da presença de jornalistas negros ao longo dos anos, essa representatividade ainda não reflete a composição demográfica do país.

A hierarquização de pautas e cargos dentro das redações reforça desigualdades históricas, limitando mulheres e pessoas negras a posições de menor prestígio e poder decisório. A distribuição regional dos profissionais também evidencia uma concentração no Sudeste, ampliando os desafios para a diversidade e a inclusão em diferentes regiões. Além disso, a ausência de dados sobre a população LGBTQIA+ no jornalismo revela lacunas importantes na compreensão das dinâmicas de representatividade dentro do jornalismo.

Diante desse cenário, faz-se importante que empresas jornalísticas, sindicatos e instituições de ensino repensem suas práticas e promovam ações concretas para fomentar a inclusão e a diversidade. A implementação de políticas afirmativas pode contribuir para um jornalismo mais plural e comprometido com a equidade.

A construção de um ambiente mais diverso não deve ser apenas um compromisso institucional, mas uma prática cotidiana dentro das redações. O estímulo à contratação de profissionais de grupos sub-representados são algumas das estratégias fundamentais para transformar esse cenário. Afinal, um jornalismo mais diverso não só fortalece a profissão, mas também garante uma cobertura com um olhar à alteridade e alinhada com a realidade da população brasileira.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. BIRGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. *A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero*. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo Afro-Latino-Americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

IBGE. *Censo 2022*: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE de notícias. 22

dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-pard. Acesso em: 15 fev. 2025.

JORNALISTAS & CIA; PORTAL DOS JORNALISTAS; INSTITUTO CORDA; I'MAX. *Perfil Racial da Imprensa Brasileira*. 2021. Disponível em: https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf. Acesso em: 05 fev. 2025.

LAURETIS, Teresa de. *Technologies of gender:* essays on theory, film, and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho*: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. *Perfil do jornalista brasileiro*: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel Pantoja. *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Insular, 2021. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2021/11/2021-11-12- Sum%C3%A1rio-Executivo-19%C2%BA-Encontro-da-SBPJor-RETIJ-VFINALREVISADA-2.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Raça e gênero nas formações discursivas sobre a identidade profissional de jornalistas. *In:* 16º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, Aguas Claras/DF, 2014. *Anais /.../*, São Paulo: Intercom.Disponível em: https://portal intercom.org.br/anais/centro-oeste-2014/resumos/R41-0380-1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

VEIGA, M; MAROCCO, B. O feminino no "Livro de Repórter": uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*, São Paulo, 2018.

VEIGA, Márcia. *Masculino, o gênero do jornalismo*: modos de produção das notícias.1ª ed. Santa Catarina: Insular, 2014.

Artigo submetido em 20/07/2025
Aceito em 18/12/2025